

## A INTER-RELAÇÃO DA BNCC E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Maria do Carmo da Silva <sup>1</sup>

Nathaly Maria dos Santos <sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo investiga a inter-relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Educação Patrimonial no ensino de História. A BNCC representa um marco regulatório importante para a educação básica no Brasil, enquanto a Educação Patrimonial visa promover o entendimento e a valorização do patrimônio cultural. A análise teórica se baseia em revisão documental e bibliográfica, explorando como a BNCC pode ser implementada para fortalecer a Educação Patrimonial. A pesquisa aponta para a necessidade de alinhar os objetivos da BNCC com os princípios da Educação Patrimonial, integrando o estudo da história local e regional no currículo escolar. Os resultados destacam a importância de abordar o patrimônio cultural como parte essencial do processo educativo, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados com a preservação da memória coletiva. Além disso, discute-se a formação de professores e a necessidade de recursos educativos adequados para implementar eficazmente a Educação Patrimonial no contexto da BNCC. Conclui-se que a inter-relação entre BNCC e Educação Patrimonial pode promover uma educação mais significativa e contextualizada, valorizando a diversidade cultural e histórica do Brasil. Propõem-se recomendações para aprimorar a integração desses dois componentes, visando um ensino de História mais rico e alinhado com as demandas educacionais contemporâneas.

**Palavras-chave:** Educação patrimonial, Ensino de história, Patrimônio Histórico, BNCC.

### INTRODUÇÃO

Este artigo investiga a inter-relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Educação Patrimonial no ensino de História. A BNCC, como um marco regulatório, estabelece diretrizes fundamentais que orientam o currículo da educação básica no Brasil, buscando garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos os alunos. Nesse contexto, a Educação Patrimonial surge como uma abordagem que visa

---

<sup>1</sup> Mestre em Ensino de História pela Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: mariadocarmo.silva@upe.br

<sup>2</sup> Mestre em Ensino de História pela Universidade de Pernambuco (UPE), graduada em História pela Universidade Católica de Pernambuco e Especialista em Gestão da Educação em espaço escolar e não escolar (FAFIRE). E-mail: nathaly.historia@gmail.com

promover o entendimento e a valorização do patrimônio cultural, essencial para o desenvolvimento de um senso de identidade e pertencimento.

A necessidade de alinhar os objetivos da BNCC com os princípios da Educação Patrimonial é um dos principais motivadores desta pesquisa. A BNCC, ao definir competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver ao longo de sua formação, oferece uma estrutura que pode e deve ser utilizada para integrar o estudo do patrimônio cultural no ensino de História. A análise teórica desta inter-relação se baseia em uma revisão documental e bibliográfica, examinando como os princípios da Educação Patrimonial podem ser incorporados de forma eficaz dentro das diretrizes estabelecidas pela BNCC.

A importância de abordar o patrimônio cultural no contexto escolar vai além da simples transmissão de conhecimento histórico (MARCHETTE, 2023). A Educação Patrimonial é fundamental para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados, capazes de valorizar e preservar a memória coletiva e a diversidade cultural. Ao explorar a história local e regional, os alunos desenvolvem uma compreensão mais profunda de sua própria identidade cultural e do papel que o patrimônio histórico desempenha na construção dessa identidade. Isso não apenas enriquece o processo educativo, mas também fortalece o vínculo dos alunos com sua comunidade e seu país (OLIVEIRA, 2021).

Por sua vez, a formação de professores é um componente crucial para a implementação bem-sucedida da Educação Patrimonial em consonância com a BNCC. Educadores precisam estar preparados para integrar essa abordagem no currículo, utilizando metodologias ativas e recursos educativos adequados (CRUZ; MONTÃO, 2023). Nesse sentido, o estudo mostra-se relevante no contexto da formação contínua dos docentes, podendo ser utilizado como material de apoio para programas de capacitação específicos, ao proporcionar uma discussão sobre a Educação Patrimonial e a BNCC.

Por fim, a pesquisa justifica-se pelo seu aspecto social, tendo em vista a urgência de promover uma educação que não apenas transmita conhecimento, mas também forme cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação de sua herança cultural (OLIVEIRA, 2021; CRUZ; MONTÃO, 2023). Dessa forma, almeja-se que o presente estudo, ao seu término, possa contribuir para fomentar discussões e iniciativas sobre a educação patrimonial, principalmente no contexto das aulas de história.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em procedimentos metodológicos de caráter bibliográfico e documental (MARCONI; LAKATOS, 2023). Essa escolha metodológica se justifica pela necessidade de explorar, de maneira abrangente, os conceitos e práticas relacionados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Educação Patrimonial no contexto do ensino de História.

Com relação à pesquisa bibliográfica, foi realizada uma busca nas bases de dados Portal de Periódicos da CAPES, *Google Scholar* e *Scielo*, com artigos científicos que abordam temas pertinentes ao objeto de estudo. Com relação aos recortes, foram utilizadas pesquisas elaboradas a partir do ano de 2014, publicadas em periódicos específicos da área de Educação e História, visando identificar e selecionar os trabalhos mais relevantes e atualizados sobre o tema.

Além da pesquisa bibliográfica, a investigação também se apoiou em uma análise documental. Essa técnica envolveu a coleta, seleção e análise de documentos oficiais e normativos, como a própria BNCC, bem como leis, decretos, portarias e diretrizes que regulamentam a educação básica no Brasil. A análise documental teve como objetivo examinar o conteúdo desses documentos para identificar diretrizes, competências, habilidades e orientações que se relacionem direta ou indiretamente com a Educação Patrimonial.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Educação Patrimonial são conceitos fundamentais para a construção de uma educação que valorize tanto os aspectos normativos quanto os culturais e históricos do processo de ensino-aprendizagem. Para poder compreender a inter-relação entre esses dois elementos no ensino de História – a ser apresentada como produto desta pesquisa –, é necessário, contudo, delinear suas definições, objetivos e implicações pedagógicas, ao que se propõe a presente seção do estudo.

A BNCC é um documento normativo que estabelece as diretrizes e competências essenciais para a educação básica no Brasil. Promulgada pelo Ministério da Educação (MEC) e aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a BNCC parte do pressuposto, em sua definição, de garantir que todos os estudantes brasileiros,

independentemente de sua localização geográfica, tenham acesso a um currículo de qualidade que promova a equidade e a melhoria do ensino. O documento é estruturado em áreas do conhecimento e define, de forma detalhada, as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver ao longo de sua trajetória escolar, desde a educação infantil até o ensino médio (BRASIL, 2017).

A BNCC propõe um currículo baseado em competências, organizando o conhecimento escolar em competências gerais e específicas para cada área do conhecimento e etapa de ensino. As competências gerais incluem, por exemplo, o desenvolvimento do pensamento crítico, a valorização da diversidade cultural, a capacidade de comunicação e a habilidade de resolver problemas. No contexto do ensino de História, a BNCC enfatiza a importância de compreender os processos históricos, desenvolver uma consciência crítica sobre o passado e valorizar a diversidade cultural e histórica do Brasil (BRASIL, 2017).

Sob as influências das concepções pedagógicas de caráter ativo e produtivista (SAVIANI, 2019), a versão final aprovada da BNCC recebeu críticas, principalmente pela ausência de abertura à discussão dos elementos constituintes do documento, dos recortes utilizados para a proposição de uma base comum e, sobretudo, pelo predomínio da influência de setores privados ligados à educação (SAVIANI, 2019; VASCONCELOS; MAGALHÃES, 2021; CRUZ; MONTÃO, 2023). Sobre esse último aspecto, diversos autores descrevem que a estrutura da BNCC está embasada no viés político do neoliberalismo (VASCONCELOS; MAGALHÃES, 2021; SANTOS, 2024).

A Educação Patrimonial, por sua vez, é uma abordagem pedagógica que visa promover o entendimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural. Fundamentada no princípio de que o patrimônio cultural é um recurso educativo valioso, a Educação Patrimonial busca conectar os alunos com sua história e identidade cultural. Esse conceito envolve práticas e metodologias que incentivam o estudo e a valorização de bens culturais, incluindo monumentos, sítios históricos, tradições, manifestações culturais e obras de arte (MARCHETTE, 2023).

O termo educação patrimonial tem sido utilizado a partir dos anos 1980, quando irromperam discussões sobre patrimônio histórico-cultural. Cruz e Montão (2023, p. 05) relatam que “a expressão foi formulada no Brasil pela primeira vez no ano de 1983, ligada a um evento realizado no Museu Imperial - RJ”. Tais autoras apontam ainda que o uso do termo no evento brasileiro trazia influência “de ações pedagógicas desenvolvidas na Inglaterra desde os anos de 1970, chamado *Heritage Education*, que buscava relacionar

o uso de monumentos como instrumento didático no ensino de História nas escolas inglesas”.

Os objetivos da Educação Patrimonial são múltiplos e abrangem o despertar de um senso de pertencimento e responsabilidade em relação ao patrimônio cultural, o desenvolvimento de uma compreensão crítica sobre a história e a cultura, e a promoção da preservação e valorização da memória coletiva. As metodologias ativas utilizadas na Educação Patrimonial incluem visitas a sítios históricos, oficinas culturais, projetos interdisciplinares e atividades práticas que envolvem a comunidade local, tornando o aprendizado mais significativo e contextualizado (OLIVEIRA, 2021; MARCHETTE, 2023).

A Educação Patrimonial também enfatiza a importância de utilizar recursos educativos que engajem os alunos de maneira ativa e participativa. Isso pode incluir a produção de materiais didáticos específicos, o uso de tecnologias digitais para explorar patrimônios culturais, e a implementação de projetos colaborativos que envolvam tanto a escola quanto a comunidade. Essas práticas visam não apenas a transmissão de conhecimento, mas também a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na preservação da herança cultural (OLIVEIRA, 2021; MARCHETTE, 2023).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Essencialmente, entende-se que as possíveis inter-relações entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Educação Patrimonial no ensino de História constituem uma oportunidade para a promoção de uma educação em história mais rica e contextualizada. A BNCC, ao estabelecer diretrizes para o ensino de História, abre espaço para a inclusão de práticas pedagógicas que valorizam o patrimônio cultural como uma ferramenta fundamental para a construção do conhecimento histórico e da identidade cultural dos alunos.

Um dos principais pontos de convergência entre a BNCC e a Educação Patrimonial é a ênfase no desenvolvimento de competências que vão além do simples acúmulo de informações. A BNCC propõe uma abordagem baseada em competências que inclui, entre outras, a capacidade de compreender processos históricos e valorizar a diversidade cultural. Nesse sentido, a Educação Patrimonial contribui ao proporcionar aos alunos uma conexão direta e tangível com o patrimônio cultural, facilitando a compreensão dos contextos históricos e culturais de forma mais significativa.

A integração da Educação Patrimonial no currículo de História pode ser vista como uma estratégia eficaz para atingir as competências propostas pela BNCC. Ao envolver os alunos em atividades que exploram o patrimônio cultural local e regional, os professores podem incentivar uma aprendizagem ativa e contextualizada. Por exemplo, visitas a sítios históricos, museus e monumentos locais podem ser estratégias usadas para ilustrar os conteúdos abordados nas aulas de História, tornando o aprendizado mais concreto e relevante para os estudantes (OLIVEIRA, 2021; MARCHETTE, 2023).

A BNCC também destaca a importância da formação cidadã e do desenvolvimento do senso de pertencimento e responsabilidade social entre os alunos. A Educação Patrimonial, ao promover o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural, contribui diretamente para esses objetivos. Ao aprender sobre o patrimônio cultural de sua comunidade, os alunos desenvolvem um senso de identidade e pertencimento, além de uma consciência crítica sobre a importância da preservação e valorização da memória coletiva (CRUZ; MONTÃO, 2023).

Além disso, a Educação Patrimonial permite uma abordagem interdisciplinar, que é fortemente incentivada pela BNCC (DECOTTIGNIES; OLIVEIRA, 2022). O estudo do patrimônio cultural pode ser integrado a diversas áreas do conhecimento, como Geografia, Artes, Sociologia e até Ciências Naturais, criando uma rede de aprendizado que enriquece a compreensão dos alunos sobre o mundo ao seu redor. Essa abordagem interdisciplinar é fundamental para o desenvolvimento de uma educação integral, que considera o aluno em sua totalidade e promove a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Por mais que apresentem pontos de convergência, o trabalho de temas vinculados à educação patrimonial nas aulas de História, com vistas à BNCC mostra-se aquém do ideal. Um dos elementos que podem constituir barreiras reside na proposta da BNCC que, por exemplo, apenas contempla o termo “patrimônio histórico-cultural” para o Ensino Fundamental em unidades temáticas do 3º e 5º ano. No Quadro 1 apresenta-se uma síntese das possibilidades de trabalho – de forma direta ou indireta – da temática “Patrimônio Histórico-Cultural” na disciplina de História, tanto para as séries do Ensino Fundamental, quanto para o Ensino Médio.

**Quadro 1 – Possibilidades de trabalho da Educação Patrimonial com base na BNCC**

<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>			
<b>ANO</b>	<b>UNIDADE TEMÁTICA</b>	<b>OBJETOS DE CONHECIMENTO</b>	<b>HABILIDADES</b>
3º ANO	As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município	Os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive	<b>(EF03HI03)</b> Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.
	O lugar em que vive	A produção dos marcos da memória: os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus etc.	<b>(EF03HI05)</b> Identificar os marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados. <b>(EF03HI06)</b> Identificar os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios etc.), discutindo os critérios que explicam a escolha desses nomes.
		A produção dos marcos da memória: formação cultural da população	<b>(EF03HI07)</b> Identificar semelhanças e diferenças existentes entre comunidades de sua cidade ou região, e descrever o papel dos diferentes grupos sociais que as formam.
5º ANO	Registros da história: linguagens e culturas	Os patrimônios materiais e imateriais da humanidade	<b>(EF05HI10)</b> Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo.
<b>ENSINO MÉDIO</b>			
<b>Competência</b>		<b>Habilidade</b>	
1 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.		<b>(EM13CHS104)</b> Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.	
2 - Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.		<b>(EM13CHS205)</b> Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.	

Fonte: Elaboração Própria

A análise do Quadro 1 permite observar que apenas a partir do 3º Ano do Ensino Fundamental é que há menção ao termo “Patrimônio histórico e cultural”, sendo abordado

em duas, das três unidades temáticas para a série. Após essa menção, somente no 5º Ano é que a temática é trabalhada novamente pela BNCC, o que gera dúvidas sobre os motivos deste silenciamento, já que o trabalho com a Educação Patrimonial pode ser realizado desde o 1º Ano, como forma de aproximar a criança às noções de patrimônio.

Nota-se, portanto, uma limitação na abordagem da temática educação patrimonial, a qual poderia ser contemplada nos demais anos do Ensino Fundamental. Mesmo com tal lacuna, é possível que o tema seja desenvolvido por docentes que se apropriem das demais unidades e objetos de conhecimento, buscando uma aproximação interdisciplinar com a Educação Patrimonial.

Por mais que haja um esforço para contemplar a Educação Patrimonial na BNCC, sugerindo uma certa gradação: a partir do contato inicial do aluno com os patrimônios relacionados à cidade até – ao chegar no 5º ano – trabalhar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade, há um esmorecimento nos demais anos do ensino fundamental e do ensino médio.

As menções no ensino médio ocorrem de forma indireta nas habilidades EM13CHS104 e EM13CHS205, que descrevem, respectivamente, “analisar objetos da cultura material e imaterial” e “analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais [...]”. Diferentemente da abordagem adotada nas habilidades dos anos do ensino fundamental, onde há uma menção mais direta aos termos vinculados ao patrimônio, para o ensino médio o tema é trabalhado de forma subjetiva, retratando o patrimônio material e imaterial a partir de “objetos” ou “produção de diferentes territorialidades”.

Além das lacunas na descrição das habilidades da BNCC, que não contemplam a Educação Patrimonial, podem ser listadas algumas barreiras para a implementação de tais ações, como a falta de formação de professores, a ausência de recursos educativos adequados e o engajamento da comunidade escolar e local.

Sobre o primeiro aspecto, a formação de professores é um aspecto basilar para a efetiva implementação da Educação Patrimonial no contexto da BNCC. É necessário que os educadores estejam preparados para utilizar o patrimônio cultural como recurso pedagógico, compreendendo sua importância e sabendo como integrá-lo ao currículo de maneira eficaz. Programas de formação continuada e capacitação específica em Educação Patrimonial são essenciais para garantir que os professores possuam as ferramentas e conhecimentos necessários para desenvolver atividades significativas e contextualizadas.

A utilização de recursos educativos adequados, por sua vez, também é um ponto importante para a integração da BNCC com a Educação Patrimonial. Materiais didáticos que abordem o patrimônio cultural de maneira contextualizada e interativa podem enriquecer as aulas de História, tornando o aprendizado mais atrativo e engajador para os alunos. A produção de conteúdos digitais, como vídeos, jogos educativos e plataformas interativas, pode ser uma estratégia eficaz para explorar o patrimônio cultural de forma inovadora e acessível.

Por fim, a participação da comunidade escolar e local é fundamental para o sucesso das iniciativas de Educação Patrimonial. Projetos que envolvem a comunidade podem fortalecer os laços entre a escola e seu entorno, promovendo uma educação que valoriza e integra o conhecimento local. Atividades como oficinas, exposições e eventos culturais podem ser organizadas em parceria com entidades locais, museus, associações culturais e outros atores da comunidade, enriquecendo o processo educativo e reforçando a importância da preservação do patrimônio cultural.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta deste artigo residiu em investigar a inter-relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Educação Patrimonial no ensino de História. Buscou-se, com sua realização, contribuir para o avanço das práticas educativas, oferecendo recomendações que possam orientar a implementação de uma educação patrimonial efetiva e alinhada com as diretrizes curriculares nacionais, fortalecendo assim a formação cultural e cidadã dos estudantes brasileiros.

A partir da análise realizada, pôde-se vislumbrar que a BNCC também enfatiza a importância de desenvolver nos alunos habilidades de pesquisa e análise crítica. A Educação Patrimonial, nesse sentido, oferece uma excelente oportunidade para isso, pois incentiva os alunos a investigar, documentar e analisar o patrimônio cultural de sua comunidade. Projetos de pesquisa sobre a história local, entrevistas com moradores antigos e a criação de arquivos digitais sobre o patrimônio cultural podem ser atividades extremamente enriquecedoras, que desenvolvem habilidades de investigação e análise, além de promover o engajamento dos alunos com seu entorno.

A integração entre BNCC e Educação Patrimonial também pode contribuir para a valorização da diversidade cultural do Brasil. O país possui um patrimônio cultural rico e variado, que inclui uma vasta gama de manifestações culturais, tradições, idiomas e

modos de vida. Ao incorporar o estudo desse patrimônio no currículo escolar, os alunos podem aprender a valorizar e respeitar a diversidade cultural, promovendo uma educação mais inclusiva e democrática.

A utilização de metodologias ativas de ensino, como a aprendizagem baseada em projetos e a investigação-ação, pode potencializar a inter-relação entre a BNCC e a Educação Patrimonial. Essas metodologias colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, incentivando a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico. Ao desenvolver projetos que envolvem a investigação e a valorização do patrimônio cultural, os alunos se tornam agentes ativos de seu próprio aprendizado, o que pode resultar em um maior engajamento e motivação.

A BNCC e a Educação Patrimonial, quando integradas, também podem contribuir para a promoção da sustentabilidade e da consciência ambiental. O patrimônio cultural está intimamente ligado ao ambiente natural, e a sua preservação depende de práticas sustentáveis e de uma gestão responsável dos recursos naturais. Ao ensinar os alunos sobre a importância de preservar tanto o patrimônio cultural quanto o ambiental, a escola pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a sustentabilidade.

A BNCC prevê a implementação de uma educação que prepare os alunos para os desafios do século XXI, incluindo a capacidade de resolver problemas complexos e de atuar de maneira colaborativa. A Educação Patrimonial, ao promover a investigação, a análise crítica e o trabalho em grupo, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento dessas competências. Ao trabalhar em projetos relacionados ao patrimônio cultural, os alunos aprendem a colaborar, a resolver problemas e a tomar decisões de maneira informada e responsável.

Por fim, a inter-relação entre a BNCC e a Educação Patrimonial pode fortalecer a formação de uma identidade cultural e histórica entre os alunos. Ao aprender sobre o patrimônio cultural de sua comunidade, os alunos desenvolvem um senso de identidade e pertencimento, além de uma consciência crítica sobre a importância da preservação da memória coletiva. Isso é fundamental para a formação de cidadãos que valorizem e respeitem a diversidade cultural e histórica do Brasil, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CRUZ, Paula L. C. A.; MONTÃO, Luana C. V. Educação Patrimonial, Ensino de História e BNCC: relações possíveis. **Revista Cocar**, v. 19, n. 37, 2023.

DECOTTIGNIES, Michele P.; OLIVEIRA, Eduardo A. M. Concepções e práticas de educação patrimonial crítica: uma proposta interdisciplinar para formação de professores. **Sala de Aula em Foco**, v. 11, n. 1, 2022. <https://doi.org/10.36524/saladeaula.v11i1.1449>

MARCHETTE, Tatiana D. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. 2. ed. Curitiba: Editora InterSaberes, 2023.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

OLIVEIRA, Daniele Lopes (Org.). **Educação Patrimonial – estudos sobre patrimônio histórico, artístico e cultural**. 2. ed. Goiânia: E&C Editora, 2021.

SANTOS, Nathaly M. A estrutura da Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de História. **Journal of Education, Science and Health**, v. 4, n. 2, p. 1-14, 2024. [10.52832/jesh.v4i2.445](https://doi.org/10.52832/jesh.v4i2.445)

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias pedagógicas**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

VASCONCELOS, C. de M.; MAGALHÃES, Carlos Henrique Ferreira. A influência neoliberal nas políticas educacionais brasileiras: um olhar sobre a BNCC. **EccoS – Rev.Científica**, São Paulo, n. 58, jul./set. 2021.